

# EXPANSÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU NO BRASIL: UM ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Lindalva Gouveia Nascimento  
Doutoranda PPGE-UFPB – lindalvagouveiag@hotmail.com

## 1. Introdução

Na atual conjuntura da educação superior no Brasil, observa-se uma crescente expansão do ensino superior. Identifica-se, nesse cenário, o aumento de instituições de ensino superior (IES) privadas, bem como iniciativas públicas, em especial do governo federal.

Nas últimas duas décadas tivemos um conjunto de ações que fazem parte de políticas públicas de educação superior implementadas pelo governo federal. Dentre as quais destacamos: Programa Expandir, Programa Universidade para Todos (Prouni), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A expansão da Educação Superior recente nas universidades públicas federais foi uma estratégia do Ministério da Educação e Cultura (MEC) através de dois programas criados no governo Lula: Programa de Expansão da Educação Superior Pública (EXPANDIR, 2003-2006), e o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação de Universidades Federais (REUNI, 2007/2012). Essa ampliação esteve associada à interiorização, com criação de novos *campi*, bem como a criação de novos cursos nas unidades já existentes.

Dessa forma, expandem-se vagas e multiplica-se o número de instituições, com destaque no âmbito público do REUNI, e no privado, o Prouni e o Fies, refletindo, refletindo na crescente demanda também, na expansão da pós-graduação *stricto sensu*.

O presente artigo tem por objetivo analisar a expansão do ensino de pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal da Paraíba.

Pretende-se com este discutir sobre a articulação entre a graduação e a atratividade de ingressos na pós-graduação. Esse reflexo de vagas está presente nas Diretrizes do Reuni na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assim, busca-se mostrar como o ensino de pós-

graduação nessa instituição tem crescido nos últimos anos, propiciado pelo aumento de estudantes da graduação nas instituições públicas e privadas, bem como pela necessidade de maior formação de profissionais graduados e que estão atuando no mercado de trabalho para quem têm surgido oportunidades nos mestrados profissionais.

Nesse sentido, no entendimento de Risttof (2006, p. 45) "se a palavra de ordem da década passada foi expandir, a desta década precisa ser democratizar". Uma vez que não basta falar apenas em expansão do *campus*, pois esta não é suficiente, há de se falar também em democratização do *campus*.

Assim como, a ampliação de vagas foi proposta por meio dos programas Expandir e Reuni, nas universidades públicas federais, que já tiveram seus ciclos encerrados, resta o desafio neste momento dessas instituições de consolidar esses programas e sustentar as estruturas criadas para abrigar um número maior de alunos. Já para a pós-graduação *stricto sensu* o desafio é outro, é expandir com criação de novas vagas nos cursos existentes, bem como a criação de novos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos e mestrado profissional.

Discutir sobre a pós-graduação, como lugar precípua do conhecimento e da decorrente centralidade da pesquisa, é, no mínimo, uma tarefa árdua e complexa devido à diversidade de sua estrutura e organização. É necessário entender pelo menos o atual contexto da educação superior no Brasil, tendo-se em conta fatores de ordem econômica, social, cultural entre outros.

A pós-graduação na UFPB será discutida a partir de contexto da inserção dessa instituição no cenário, local, regional e nacional, em especial, tentar-se-á fazer algumas considerações sobre as tendências e os caminhos pelos quais tem definido os seus rumos na pós-graduação brasileira.

Propõe-se, ainda, refletir, através da apresentação e da apreciação de alguns dados estatísticos, sobre o funcionamento da educação superior, a fim de que se possa chegar a alguns delineamentos sobre as redefinições que seguirá o ensino da pós-graduação na UFPB, ou seja, a sua orientação estratégica, seguida a partir do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, elaborado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem o objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para avançar nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Delineamentos na Política de Educação Superior Pós-LDB 9.394/96

A expansão da educação superior no Brasil, e, em especial, na UFPB, não pode ser discutida sem que se tenha presente o cenário e o contexto em que ela surge, ou seja, deve-se ter presente o tempo e o espaço em que ela está inserida, analisando desde o momento de seu surgimento até a realidade atual.

Após um período marcado por pouca oferta de vagas para o ensino superior, o governo federal lançou um conjunto de iniciativas que fazem parte de políticas públicas de educação superior. Com o objetivo de oferecer acesso a educação superior, conforme estava previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que buscava diminuir as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país, visando atingir 30% da faixa etária de 18 a 24 anos no período de dez anos.

Nas últimas décadas, no Brasil, as políticas de Estado e do Governo Federal na área educacional foram mais consistentes e buscaram a eficácia. Ocorreram avanços na universalização da educação básica, na expansão, na reestruturação e melhoria do ensino superior, mas ainda está aquém das condições de uma educação de qualidade que o Brasil necessita para realmente se transformar em um país desenvolvido (ANDIFES, 2012). Esse cenário imprimiu uma nova lógica, ao sistema educacional do país, na medida em que possibilitou a criação de vários tipos de instituições, ampliou o espaço de participação do setor privado na expansão do ensino superior no país e oportunizou a criação de novos cursos, com ênfase na modalidade de educação a distância (CASTRO, 2011).

Um dos desafios para o Brasil alcançar o pleno desenvolvimento, está em investir fortemente na ampliação de sua capacidade tecnológica e na formação de profissionais de nível médio e superior. Hoje, vários setores industriais e de serviços não se expandem na intensidade e ritmos adequados ao novo papel que o país desempenha no cenário mundial por se ressentirem da falta desses profissionais. “Sem uma sólida expansão dos cursos de pós-graduação com qualidade, por outro lado, não se conseguirá que nossas universidades e centros tecnológicos atinjam o grau de excelência necessário para que o país dê o grande salto para o futuro” (ANDIFES, 2012, p. 9).

Com a legitimação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Nº. 9.394/96 e com os Decretos dela resultantes, mudaram o perfil do ensino superior no país. Foi registrado um elevado incremento do setor privado nesse nível de ensino, seguido por uma grande flexibilização das estruturas e das formas das instituições e dos cursos. Essas transformações passaram a exigir uma reorganização do sistema de educação do país com caráter mais flexível e abrangente. Essa lei criou as condições no país marcadamente pela diversificação institucional, pelo estímulo à privatização, diferenciação de cursos, características fortemente recomendadas pelos organismos internacionais, dentre eles, a Unesco e o Banco Mundial (CASTRO, 2011).

O investimento no ensino superior aumentou durante o governo Lula, ao mesmo tempo em que houve muito incentivo a parceria pública - privada e a intensificação dos investimentos privados nesse setor. A expansão foi viabilizada no início do governo de Fernando Henrique Cardoso quando da implementação da reforma geral do Estado, que tinha como finalidade a reestruturação e a modernização do Estado (CASTRO, 2011).

A maior oferta de vagas na graduação ocorre no setor privado de ensino superior, a expansão desse setor apresenta sinais de esgotamento, principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o custo da educação superior (ANDIFES, 2012).

A democratização da educação superior também se deu por meio da educação a distância, pois permite mais oportunidades aos antes excluídos: jovens e adultos da classe trabalhadora, portadores de deficiência e milhares de professores, mesmo em salas de aula, e demais profissionais, possibilitando uma educação continuada de qualidade. “Ou seja, em síntese, é possível oferecer a milhares de brasileiros, independentemente ou apesar dos locais onde vivem oportunidades de cursar uma universidade” (ANDIFES, 2012, p.9).

O governo federal desde 2003 tem implementado políticas públicas para o enfrentamento dessa necessidade, então foram lançados alguns programas como o Programa **Expandir**, o Programa Universidade para Todos (**ProUni**) por meio da Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005, concedendo bolsa de estudos nas instituições privadas de ensino superior, somado ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (**Fies**), Sistema de Seleção Unificada (**Sisu**), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (**Reuni**) instituído por meio do Decreto N. 6.096 de 24 de abril de 2007, Universidade Aberta do Brasil (**UAB**) e a expansão da rede federal de educação

profissional e tecnológica (BRASIL/MEC, 2012). Durante o governo Lula (2003-2010) ocorreu uma mudança no direcionamento de políticas que fomentam o acesso ao ensino superior no Brasil, esses programas procuraram demarcar a intervenção pública na democratização do acesso a este nível de escolarização (PEREIRA e SILVA, 2010).

Mesmo com a expansão na educação superior, o governo federal ainda pretende lançar políticas para aumentar as oportunidades de acesso a esta modalidade de ensino. No antigo PNE, uma das metas, era diminuir as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do país, visando atingir 30% da faixa etária de 18 a 24 anos no período de dez anos. Apesar de ter promovido algumas melhorias, é almejado no Projeto de Lei N. 8.035 relativo ao PNE 2011-2020, que até o presente momento está em processo de tramitação, através da Meta 12, a elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33% da população de 18 a 24 anos (INEP, 2012).

O governo lançou uma política de igualdade de oportunidades ao ensino superior para uma sociedade desigual, conforme o conceito de desigualdade de sociedade de Bobbio (1995), e tenta nivelar essas desigualdades lançando políticas afirmativas. Supõe-se que o processo de formulação das políticas públicas estatais necessita considerar as desigualdades estruturais presentes na sociedade, de modo a garantir a igualdade substantiva dos indivíduos que se apropriam de forma desigual dos recursos socialmente produzidos (PEREIRA E SILVA, 2010).

É possível perceber o avanço da quantidade das instituições privadas, que foram promovidas no final do governo FHC e nos dois mandados do ex-presidente Lula da Silva. A partir desses delineamentos, Lima (2011) aponta que as análises das políticas dos governos FHC e Lula evidenciam um processo de continuidade de reformas neoliberais na educação superior no Brasil. No entendimento de LIMA, não há imposições de organismos internacionais ou subordinação, mas um “compartilhamento” na forma de gerir a educação, identificada como um “ensino terciário”.

Com estes dados, pode-se visualizar o crescimento das Instituições de Ensino Superior (IES) no período entre os anos de 2001 a 2010, que demarcam o término do Governo FHC e os dois mandatos do ex-presidente Lula. Verifica-se que as IES públicas passaram de 183 (cento e oitenta e três) em 2001 para 278 (duzentos e setenta e oito) em 2010, um crescimento estimado em 52%, enquanto as IES privadas se destacaram com aumento de aproximadamente 74% no mesmo período, somando 2100.

Percebe-se através dos dados apresentados no gráfico que houve um aumento no número de campi, com a criação de mais de 100, totalizando 231 unidades em 2010. A partir dessa ampliação foi aumentado o número de municípios atendidos pelas universidades que em 2003 era de 114 para 237 no final de 2011, período em que marca o início do processo de interiorização das universidades federais no governo do ex-presidente Lula (MEC, 2012).

Essas nuances que se fizeram presentes no ensino superior, mesmo que não tenham impactado diretamente na Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, implicaram em abertura de espaços para o desenvolvimento de formações e ofertas de vagas para professores da educação básica de escolas públicas em Cursos de Licenciatura, Mestrado Profissional, Cursos de Aperfeiçoamento, entre outros, oferecidas em universidades públicas.

### **3. Metodologia**

A definição do corpus da pesquisa foi realizada inicialmente a partir da seleção de textos e documentos que tratavam da pós-graduação no Brasil. As principais fontes de pesquisas foram os documentos dos planos nacionais de pós-graduação, desde o primeiro período até o último documento que trata do plano 2011/2020. Bem como, os documentos acessados no portal da CAPES que apresentam os resultados do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação acessado a partir de cursos recomendados/reconhecidos. Após essa etapa, foi feito um direcionamento a região Nordeste, e, em seguida, ao Estado da Paraíba, para então analisar os dados referentes à UFPB.

Este estudo trata-se, portanto de um estudo de caso. Tendo em vista que se buscou compreender a realidade de uma instituição em particular.

### **4. Resultados**

#### **4.1 O contexto da UFPB**

A UFPB que remonta a sua criação na década de 1950, conta com quase 60 anos de existência. Historicamente sempre teve atuação nas principais regiões do Estado por meio dos seus *campi* do interior. Pois a Escola de Agronomia do Nordeste localizada na cidade de Areia foi integrada à UFPB em 1968, constituindo o início da interiorização dessa

universidade. No período de 1976 a 1980, consolidou sua estrutura *multicampi*, abrangendo além de João Pessoa e Areia, as cidades de Campina Grande, Bananeiras, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Em 2002 foi desmembrada, e os *campi* de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras passaram a constituir a Universidade Federal de Campina Grande. Contudo, em 2005 retoma esse processo de interiorização com a criação do *Campus IV* localizado nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape. Além disso, foram criados novos cursos de graduação nos *campi* de Areia e Bananeiras.

A UFPB é a maior instituição de ensino superior da Paraíba, e uma das maiores da região Nordeste. Conta atualmente com cinco *campi*: *campus I*, na cidade de João Pessoa; *campus II*, na cidade de Areia; *campus III*, na cidade de Bananeiras; *campus IV*, nas cidades de Rio Tinto e Mamanguape; e o *campus V*, recém criado, localizado no bairro de Mangabeira, Zona Sul da cidade de João Pessoa. Com relação aos números de alunos, segundo as informações da Pró-Reitoria de Graduação (PRG), no período 2014.1, a UFPB contava com 39.744 alunos matriculados nos cursos de graduação. Já com relação a Pós-Graduação, de acordo com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) no ano de 2014 a UFPB conta com aproximadamente 3.618 alunos na pós-graduação *stricto sensu*.

## **4.2 A pós-graduação no Brasil**

Os governos e suas instituições têm dado cada vez mais ênfase às ações de longo prazo, para isso é necessário um planejamento elaborado que atenda a missão a que se propõe a realizar, bem como a visão, o ponto futuro que se pretende chegar.

Nesse caso, justifica-se a adoção de planos na educação brasileira, que teve o seu penúltimo plano de educação no período 2001-2010, já o novo plano nacional de educação aprovado neste ano para o período (2014-2024), com destaque para as 20 metas propostas para o próximo decênio.

Já com relação à pós-graduação temos em vigência o Plano Nacional de Pós-Graduação compreendendo o período de 2011 a 2020. As décadas anteriores foram marcadas pela intermitência dos planos como pode ser observado no quadro a seguir a constituição de seis planos nacionais de educação.

**Quadro 01 – Planos Nacionais de Pós-Graduação no Brasil**

<b>Plano Nacional de Pós-Graduação</b>	<b>Período</b>
<b>Primeiro</b>	1975/ 1979
<b>Segundo</b>	1982/ 1985
<b>Terceiro</b>	1986/ 1989
<b>Quarto</b>	1996/ Não houve promulgação
<b>Quinto</b>	2005/ 2010
<b>Sexto</b>	2011/ 2020

**Fonte:** Elaborado a partir do MEC/CAPES (2014)

É possível observar discontinuidades nos planos anteriores, pois após o encerramento do primeiro plano nacional de pós-graduação em 1979, ficou uma lacuna nos dois anos seguintes. Outro vazio também pode ser observado ao final do terceiro plano em 1989, quando a pós-graduação ficou por dezesseis anos sem um plano formal, pois não houve promulgação, mas é considerado o quarto plano, e em 2005 quando passou então a vigorar o quinto plano que foi até 2010.

Santos (2009) destaca o progresso da pós-graduação brasileira com o reconhecimento considerado legítimo pela comunidade acadêmica científica nacional e internacional. Esse fato deve-se à formatação de políticas públicas para a pós-graduação implementada em termos de ações direcionadas para este setor que vem em contínua expansão nos últimos 40 (quarenta) anos, pois foi na década de 60 que a pós-graduação teve a sua institucionalização quando teve 38 (trinta e oito) cursos instalados no país.

**Tabela 1 – Mestrados e Doutorados reconhecidos no Brasil por Região**

<b>REGIÃO</b>	<b>Programas e Cursos de pós-graduação</b>					<b>Totais de Cursos de pós-graduação</b>			
	<b>Total</b>	<b>M</b>	<b>D</b>	<b>F</b>	<b>M/D</b>	<b>Total</b>	<b>M</b>	<b>D</b>	<b>F</b>
<b>Centro-Oeste</b>	308	138	7	37	126	434	264	133	37
<b>Nordeste</b>	752	356	16	99	281	1.033	637	297	99
<b>Norte</b>	195	98	4	32	61	256	159	65	32
<b>Sudeste</b>	1.746	404	29	290	1.023	2.769	1.427	1.052	290
<b>Sul</b>	795	282	7	116	390	1.185	672	397	116
<b>Brasil:</b>	<b>3.796</b>	<b>1.278</b>	<b>63</b>	<b>574</b>	<b>1.881</b>	<b>5.677</b>	<b>3.159</b>	<b>1.944</b>	<b>574</b>

**Fonte:** MEC/CAPES/SNPG - Data da última Atualização: **23/05/2014**

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional; M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado



Observa-se a partir da tabela 01, a quantidade de programas de pós-graduação no Brasil, dividido por região. Sem levar em consideração a assimetria regional existente, é possível perceber que a pós-graduação tem crescido bastante, já que hoje conta com 3.796 programas em mais de 5.600 cursos difundidos em todas as regiões brasileiras.

Santos (2009) já afirmava que esse crescimento quantitativo tem sido acompanhado também pelo aspecto qualitativo. Porque o sistema de avaliação é caracterizado por um processo rigoroso para obter o reconhecimento do programa.

Nessa direção, Cury (2004) considera o sistema um sucesso e atribui ao Estado brasileiro que tem agido de forma consciente e efetiva nas últimas quatro décadas, por meio de estratégias eficazes com o objetivo muito claro de institucionalização da pós-graduação brasileira de alta qualidade. Aliada por um alto grau de flexibilidade organizacional e articulada com possibilidades interdisciplinares.

Tal política pública propiciou uma realidade bem-sucedida logo convertida em verdadeiro sistema com um reconhecimento nacional e internacional de sua qualidade. Nesse processo especial destaque se confere aos processos de avaliação levados adiante pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Cooperaram para tal tanto as bolsas concedidas por esta fundação, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também por algumas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs), quanto a outros programas de apoio e de fomento fornecidos por tais agências. (CURY, 2004, P. 780).

Nessa mesma direção Severino (2006) afirma que a pós-graduação brasileira tem contribuído de forma efetiva e valorosa para melhor compreender os problemas que tem emergido da nossa sociedade nos mais diversos domínios, de igual forma, tem colaborado de forma decisiva na formação de um quadro significativo de profissionais nas áreas de gestão, ensino e pesquisa. A pós-graduação assumiu o protagonismo na formação de recursos humanos para os diversos setores da história brasileira. Destacou inclusive, o avanço no nível de qualidade da pós-graduação no Brasil, refletindo dessa forma, na construção de um retrato fidedigno da realidade nacional.

### **4.3 A pós-graduação na Paraíba**

Na tabela a seguir, visualizamos a quantidade de programas e cursos de pós-graduação reconhecidos na Paraíba, de acordo com dados divulgados pelo MEC/CAPES/SNPG em maio

de 2014. Esses dados refletem o expressivo número de cursos da UFPB, e principalmente, o quanto a instituição tem contribuído para a capacitação de profissionais, de forma a atender as exigências do mercado de trabalho.

Além da UFPB, há outras instituições de ensino que têm se destacado no cenário dos cursos de pós-graduação. No âmbito público, a Universidade Estadual da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande, e, no setor privado, ainda timidamente, ganha destaque o Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ com o primeiro curso de mestrado acadêmico de uma instituição privada localizada na Paraíba.

**Tabela 2 – Mestrados e Doutorados reconhecidos na Paraíba**

UF	IES	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
		Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
PB	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA - UNIPÊ	1	1	0	0	0	1	1	0	0
PB	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECN. DA PARAÍBA - IFPB	1	1	0	0	0	1	1	0	0
PB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA - UEPB	15	9	0	3	3	18	12	3	3
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/AREIA - UFPB/AREIA	5	3	0	0	2	7	5	2	0
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA - UFPB/J.P.	51	20	3	5	23	74	43	26	5
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/RIO TINTO - UFPB/RT	1	1	0	0	0	1	1	0	0
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG	24	12	1	2	9	33	21	10	2
TOTAL		98	47	4	10	37	135	84	41	10

Fonte: MEC/CAPES/SNPG - Data da última Atualização: 23/05/2014

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional; M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado

#### 4.4 A Pós-Graduação na UFPB

De acordo com a CAPES, a UFPB possui 57 (cinquenta e sete) programas de pós-graduação conforme pode ser visualizado na tabela a seguir. São programas distribuídos nas

diversas áreas do conhecimento oferecidas na instituição, além de oferecer aos alunos da graduação a possibilidade de prosseguimento dos estudos em sua área de formação acadêmica.

**Tabela 3 – Mestrados e Doutorados reconhecidos da UFPB**

UF	IES	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
		Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/AREIA - UFPB/AREIA	5	3	0	0	2	7	5	2	0
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/JOÃO PESSOA - UFPB/J.P.	51	20	3	5	23	74	43	26	5
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/RIO TINTO - UFPB/RT	1	1	0	0	0	1	1	0	0
UFPB		57	24	3	5	25	82	49	28	5

Fonte: MEC/CAPES/SNPG - Data da última Atualização: **23/05/2014**

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional; M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado

Com relação ao número de alunos matriculados na pós-graduação, de acordo com as informações da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG) da UFPB, no ano de 2014, conta com 2.408 alunos do Curso de Mestrado e 1.210 alunos do Curso de Doutorado, perfazendo um total de 3.618 alunos na pós-graduação *stricto sensu* nos seus 57 programas.

O conceito de avaliação desses programas variam entre 3 e 6 de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, portanto na UFPB não tem nenhum programa com o conceito 7 (sete), que é a avaliação máxima da CAPES.

Mesmo assim merece destaque o único programa da UFPB avaliado com o conceito 6 (seis), pela CAPES, que é o de Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos oferecido pelo Centro de Ciências e da Saúde, no Campus I. Já com o conceito 5 (cinco) destaca-se 10 (dez) programas, correspondendo a 18% de todos os programas de pós-graduação da UFPB. Com relação ao número de programas alguns cursos com o conceito 4 (quatro) concentram uma parte significativa dos programas perfazendo um total de 22 (vinte e dois), representando 38%

do total. Já os programas com conceito 3 (três) concentram a maioria da UFPB, totalizando 24 (vinte e quatro), representando 42% dos programas atualmente existentes.

#### **4.5. O sexto Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**

O VI Plano PNPG tem um horizonte temporal de 10 anos sinalizando uma ampliação da visão em relação aos planos anteriores. No início do plano, é feito um resgate histórico dos outros planos com destaque para o antecessor que teve a sua vigência até 2010. Em seguida, é feito de forma analítica um diagnóstico da situação atual da pós-graduação no Brasil e bem como a sua projeção para os próximos anos. Também é destacado, no referido documento, a assimetria existente entre as regiões brasileiras.

Neste sentido, a pós-graduação tem sido um esteio indispensável à formação de recursos humanos de alta qualificação e à produção de conhecimentos necessários para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Esse desenvolvimento possibilita ao país a atualização de saberes e a busca sistemática e metódica do conhecimento de ponta. Para tanto, esse esforço combinou o crescimento de programas dentro do país com uma grande internacionalização de formação doutoral. Essa internacionalização, conquanto mais concentrada em alguns países, vem se diversificando e formando doutores, atualizando-os pelos estudos de pós-doutorado e fazendo com que nossos pesquisadores e, por eles, nossas instituições possam se comunicar com seus para congêneres no Brasil e no exterior. (CURY, 2004, p. 781).

No VI PNPG foram definidos seis temas centrais (Avaliação, Inovação, Internacionalização, Redes e Associações, Inter e Multidisciplinaridade e Educação Básica), que deverão nortear a implementação de ações até 2020 para se tornarem mais efetivos os resultados esperados para a pós-graduação no Brasil frente a esses eixos.

#### **5. Conclusão**

A educação formal está hoje configurada por uma série de etapas que aqui resumidas em educação básica (ensino fundamental e médio) e em educação superior, a qual compreende a pós-graduação *stricto sensu*, que é o último nível da educação formal, mas que está diretamente ligada aos demais níveis de ensino. Uma vez que os alunos são oriundos das etapas de ensino anteriores, os quais devem vir com um arcabouço teórico ou mesmo prático que permita ampliar os horizontes de pesquisas, ou mesmo aprofundar o conhecimento solidificando-o para quem se direciona para o mestrado profissional, por exemplo.

Nesse sentido Cury (2004) afirma que deve haver uma relação de circularidade virtuosa entre os níveis de graduação e pós-graduação, mas deve-se promover melhoria na primeira, que conduzirá a um mais alto desempenho em sua profissionalização e permite que tenhamos estudantes mais bem preparados para uma atuação dinâmica na pós-graduação.

É nesse cenário vislumbrado por Cury (2004) que a UFPB tem seguido. Sua estratégia é a expansão, além de ampliar o ensino de graduação tem expandido a pós-graduação, a fim de oferecer a sociedade civil profissionais com o maior nível de capacitação. Essa medida confirma o atendimento a demanda que tem se formado nessa universidade, além de garantir a qualidade de ensino, pois os conceitos atribuídos aos programas pela avaliação da CAPES comprovam o desempenho acadêmico. Existe possibilidade, ainda para esse ano, da instituição citada promover outros cursos de pós-graduação, segundo a Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa da UFPB.

É possível concluir que A UFPB tem direcionado ações na expansão da pós-graduação *stricto sensu* alinhada aos planos nacionais da pós-graduação. Essa medida confirma o atendimento da demanda que tem se formado nessa universidade, a qual tem atendido pelo aumento da quantidade de cursos criados, sobretudo nos últimos dez anos.

## Referências

ANDIFES. Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais. Brasília: 2012. Disponível em: [http://www.andifes.org.br/wp-content/files\\_flutter/1360930928PEEXIU.pdf](http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf). Acesso em: 20 de maio de 2014.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política.** Editora UNESP. São Paulo: 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão.** Disponível em: [http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=100&Itemid=81](http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=100&Itemid=81). Acesso em: 29 de maio de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: Ensino Fundamental: Matrizes de referenciais, tópicos e descritores.** Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.

BRASIL, MEC/CAPES. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-**

2020. Brasília, dez. 2010. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2014.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; **A expansão e o acesso ao ensino superior: os novos desafios da educação brasileira**. In: Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino. Junior, Luiz de Sousa; FRANÇA, Magna; FARIAS, Maria da Salete Barboza de; (Orgs) Brasília: Líber Livro, 2011.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Graduação/Pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793. Especial – Out. 2004.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século . **R. Katál** , Florianópolis, v. 14, n.1, p. 86-94, jan./jun. 2011.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, Luís Fernando Santo2s Corrêa da Silva. As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n.2, p.10-31, jul. - dez. 2010.

SANTOS, Ana Lúcia Félix. **A pós-graduação em educação e o tratamento do tema política educacional**: uma análise da produção do reconhecimento no nordeste brasileiro. Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A avaliação no PNPG 2005-2010 e a política de pós-graduação no Brasil. In: Ferreira, Naura Syria Carapeto (Org.). Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006.

RISTTOF, Dilvo. A Universidade Brasileira Contemporânea: Tendências e Perspectivas. MOROSINI, Marília (org). **A universidade no Brasil**: concepções e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.